

HABEAS CORPUS Nº 502.395 - SP (2019/0094864-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : MAURICIO RICARDO DE ALMEIDA
ADVOGADO : MAURICIO RICARDO DE ALMEIDA - SP381673
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROBERTO BESERRA LEITE FILHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ROBERTO BESERRA LEITE FILHO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no HC n. 2026261-07.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito de tráfico de drogas (art. 33 da Lei n. 11.343/06). A custódia foi convertida em prisão preventiva.

No presente *mandamus*, o impetrante sustenta, em síntese, haver nulidade decorrente da violação de domicílio efetivada sem existência de mandado de busca e apreensão ou autorização do paciente.

Requer, em liminar e no mérito, "*seja concedida a presente ordem de Habeas Corpus impetrada, para determinar a anulação das provas obtidas mediante a violação de domicílio do Paciente e o consequente desentranhamento destas*" (fl 13) determinando-se a soltura do acusado.

É o breve relatório.

Decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável

em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Publique-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

